

Transição política e formação de um partido estadual de oposição: a composição social do núcleo dirigente e o desempenho eleitoral da União Republicana (Estado do Paraná, 1890-1895)

Political transition and formation of a regional opposition party: the social composition of core group and electoral performance of the Republican Union (State of Paraná, 1890-1895)

Transición política y formación de un partido regional de oposición: la composición social del directorio central y el desempeño electoral de la Unión Republicana (Estado del Paraná, 1890-1895)

*Sandro Aramis Richter Gomes**

<https://orcid.org/0000-0002-6790-4958>

RESUMO: Neste artigo é analisada a composição social e o desempenho eleitoral da União Republicana, um partido que existiu no Estado do Paraná entre os anos de 1890 e 1895. O objetivo deste artigo é produzir um conhecimento sobre a acomodação das antigas elites provinciais no contexto da vida política da Primeira República. Nesse âmbito, é evidenciado que a citada agremiação foi um refúgio para membros do Partido Liberal que não conseguiram relevantes posições no partido situacionista do estado.

Palavras-chave: Elites políticas. Estado do Paraná. Partidos estaduais.

ABSTRACT: This article investigates the social composition and electoral performance of the Republican Union, which existed in the State of Paraná between the years 1890 and 1895. The purpose of this article is to analyze the form of accommodation of the provincial elites in the context of the First Republic of Brazil. In this context, it is evidenced that this party was a refuge for members of the Liberal Party that did not obtain relevant positions in the ruling party of Paraná.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Realiza estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. Organizou, em conjunto com André Luiz Moscaleski Cavazzani, o livro *Antônio Vieira dos Santos: reminiscências e outros escritos* (Editora da UFPR, 2014). Dedica-se ao estudo das elites políticas e dos partidos do Brasil da Primeira República. E-mail: argomes8@gmail.com

Keywords: Political elites. State of Paraná. Regional parties.

RESUMEN: Este artículo analiza la composición social y el desempeño electoral de la Unión Republicana, un partido que existió en el Estado de Paraná entre los años 1890 y 1895. El objetivo de este artículo es avanzar en el conocimiento sobre la inserción de las antiguas élites provinciales en el contexto de la vida política de la Primera República. En este contexto, es demostrado que la referida agremiación fue un refugio para los miembros del Partido Liberal que no obtuvieron cargos relevantes en el partido oficial.

Palabras clave: Elites políticas. Estado del Paraná. Partidos regionales.

Como citar este artigo:

Gomes, Sandro Aramis Richter. “Transição política e formação de um partido estadual de oposição: a composição social do núcleo dirigente e o desempenho eleitoral da União Republicana (Estado do Paraná, 1890-1895)”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1 (2020): 261-287.

Introdução

Neste artigo é desenvolvida uma investigação a respeito da composição social e do desempenho eleitoral do primeiro partido de oposição surgido no Estado do Paraná ao tempo da Primeira República. Tratava-se da União Republicana (UR), cuja existência abrangeu os anos de 1890 e 1895. Desse modo, o recorte temporal adotado no presente trabalho é referente à época em que ocorreram os processos de formação, ação eleitoral e desorganização dessa grei.

O objetivo desta análise é produzir um conhecimento sobre a acomodação de membros da elite política do Paraná provincial na vida partidária do princípio da Primeira República. Nesse âmbito, cumpre analisar o modelo de gestão de partidos concebido por tais membros ao tempo em que buscaram retomar sua atividade política. Por meio de um estudo de caso, a execução deste artigo propicia um entendimento sobre a natureza da ação política de dirigentes de partidos monárquicos na vida partidária dos estados após a queda do Império.

Há quatro argumentos sustentados nesta análise. O primeiro argumento salienta que a UR foi um refúgio para políticos veteranos que não tiveram relevante espaço no partido situacionista que funcionava no Paraná desde o ano de 1889. A criação da UR permitiu que veteranos políticos, notadamente os antigos líderes locais do Partido Liberal, permanecessem ativos no jogo partidário.

O segundo argumento afirma que, nos seus primeiros dois anos, a UR era uma agremiação eleitoralmente competitiva. Cumpre salientar que, no Paraná do começo dos anos 1890, a oposição

possuía um grau de organização interna suficiente para ameaçar o predomínio dos governistas em instituições como o Congresso Legislativo Estadual. Nesse âmbito, trata-se de evidenciar que, no limiar da República, os republicanos históricos não consolidaram de imediato um predomínio na vida eleitoral do estado.

O terceiro argumento comporta a afirmação de que os chefes da UR conceberam um modelo de gestão partidária marcado pela tomada coletiva de decisões. Tais decisões não eram uma atribuição exclusiva dos líderes da grei. Ao contrário, havia indivíduos não pertencentes ao quadro de dirigentes que possuíam a faculdade de participar da definição de candidaturas parlamentares. A sustentação desse argumento permite evidenciar que, no Paraná, os remanescentes do Partido Liberal não permaneceram como defensores da forma de gestão partidária que cultivaram durante o Segundo Reinado.

O quarto argumento afirma que foi pouco duradoura a aliança política entre os dirigentes da UR. Convém demonstrar que a maior parte dos líderes da UR, após a dissolução da grei, não se vinculou a outro partido. Desse modo, o destino peculiar de uma parcela desses dirigentes foi abandonar a atuação no jogo político estadual. Foi pouco relevante o número de dirigentes da UR que, a partir dos anos 1900, desenvolveram uma sólida carreira política seja no partido governista, seja em uma agremiação oposicionista.

Os estudos sobre a Primeira República têm avançado na identificação da natureza da ação eleitoral das oposições estaduais. Há evidências de que nessa época uma característica comum aos oposicionistas era a permanente disposição para contestar, em agências do Congresso Nacional, a vitória eleitoral dos candidatos situacionistas (Figueiredo 2016; Hollanda 2009; Ricci, e Zulini 2014; Zulini 2016).

Tal perspectiva de análise permite reconhecer o caráter competitivo da vida partidária brasileira no início do século XX. A ênfase dos estudos contemporâneos, portanto, recai sobre as eleições para cargos do Poder Legislativo, bem como para a capacidade de os contendores consolidarem uma base eleitoral nos municípios (Barbosa 2013). Porém, permanece pouco desenvolvido o estudo sobre a organização interna das agremiações oposicionistas que surgiram após o fim do regime monárquico. Nesse particular, cumpre ressaltar que apenas de modo ocasional os partidos estaduais de oposição foram objeto de análise nas investigações sobre o Brasil da Primeira República.

De fato, os estudos sobre a Primeira República têm avançado no reconhecimento dos padrões de carreiras de membros da elite política nacional. Tais estudos permitem, por exemplo, o

conhecimento sobre as condições sociais de ingresso e mobilidade nos quadros partidários (Souza 2018). Contudo, permanece incompleta a tarefa de evidenciar os percursos políticos de indivíduos que se evadiram de partidos governistas e desenvolveram uma carreira circunscrita à esfera estadual.

Um aspecto inerente às análises sobre partidos políticos da Primeira República é o caráter panorâmico da investigação. Dessa forma, nota-se maior inclinação para a abordagem de temas como os dissídios internos ao grupo dirigente e os fatores da consolidação da força eleitoral das agremiações estaduais. Tais estudos são orientados pelo propósito de evidenciar as etapas cruciais do desenvolvimento dos partidos governistas. Essa vertente de análise não têm experimentado relevantes avanços (Casalecchi 1987; Chacon 1981; Dantas 1989; Franco 1974; Lenzi 1983; Montenegro 1980; Resende 1978). Na historiografia contemporânea, as mais numerosas informações sobre a vida interna de partidos políticos da Primeira República estão contidas em análises acerca das estratégias eleitorais concebidas por dirigentes partidários da região Sudeste (Pinto 2011; Viscardi 2012).

Os estudos históricos permanecem carentes de análises a respeito das formas de ação política dos indivíduos que abriram dissidência nos partidos governistas. Nesse cenário, mantém-se pouco desenvolvido o conhecimento sobre o modelo de gestão partidária e o desempenho eleitoral de políticos veteranos que se coligaram para liderar o campo oposicionista nos estados. Tal enfoque não é adotado com frequência nas abordagens sobre elites e instituições políticas do Brasil republicano (Antonacci 1981; Levi-Moreira 1991; Prado 1986).

Por fim, cumpre mencionar que a época correspondente ao primeiro decênio da República foi objeto de distintos estudos. Um aspecto característico a essas investigações é o reconhecimento dos impactos, no âmbito municipal, da passagem da mudança de regime político. Assim, a reorganização dos quadros partidários e as relações de força no jogo eleitoral fazem parte do rol dos temas desenvolvidos nessas análises (Bilac 1995; Camelucci 2008; Martiny 2010). Compete, por outro lado, desenvolver uma abordagem que evidencie os efeitos da passagem do Império para a República nas carreiras de lideranças políticas das antigas províncias.

De sua parte, o presente artigo reconhece que os anos 1890 foram marcados, no Paraná, pela formação de agremiações comandadas por indivíduos que se diferenciaram em virtude da maior ou menor autoridade que exerceram sobre os diretórios dos partidos monárquicos. O avanço na análise acerca das mudanças no cenário partidário estadual exige a compreensão do papel desempenhado por esses antigos adversários na consolidação de um partido de oposicionista. Ele também requer o conhecimento dos destinos políticos desses indivíduos após o malogro da tentativa de manter a oposição unida em uma agremiação.

Para a execução dessa tarefa, o presente artigo emprega procedimentos de análise oriundos da prosopografia (Charle 2010; Stone 2011). A reunião massiva de informações referentes às carreiras dos dirigentes da UR possibilita identificar aspectos comuns aos percursos políticos das primeiras lideranças oposicionistas do Paraná. Tal reunião também é decisiva para o entendimento das distâncias que existiram entre esses dirigentes no que concerne à posição que ocuparam no quadro partidário paranaense após a dissolução da grei.

A composição do núcleo dirigente da UR: o predomínio de chefes locais do Partido Liberal

A primeira agremiação partidária que surgiu no Paraná após a queda do Império foi o Partido Republicano (PR). A fundação dessa grei ocorreu em dezembro de 1889 (*A República*, 4 de dezembro de 1889, 1).¹ Os seus organizadores eram os membros do Clube Republicano de Curitiba, uma entidade criada em 1885 na capital paranaense (Boehrer, 2000; Corrêa 2006). Em março de 1890, foi fundada a União Republicana. Ela pertenceu ao campo oposicionista (*Diário da Tarde*, 16 de março de 1890, 1).

Nos últimos meses de 1890, no entanto, houve a interrupção das antigas disputas entre os republicanos, conservadores e liberais paranaenses. Ocorreu, pois, uma temporária aliança política que culminou no lançamento de uma chapa única para preencher as quatro vagas de deputado e as três vagas de senador do Paraná na Assembleia Nacional Constituinte.

Os quatro candidatos a deputado constituinte da coligação PR-UR eram republicanos históricos. De outra parte, a chapa de candidatos ao Senado dessa coligação foi composta por um egresso do Partido Conservador, um antigo líder do Partido Liberal e um republicano histórico (*A República*, 14 de setembro de 1890, 1). Em verdade, a presença de egressos dos partidos monárquicos de diferentes estados foi um aspecto inerente à composição daquela Assembleia.²

Assim, no princípio da Primeira República, no Paraná, houve um momento em que conservadores, liberais e republicanos históricos estiveram unidos. No referido pleito, esses três grupos formaram as *Chapas da Conciliação* (*Diário do Paraná*, 6 de setembro de 1890, 1). No início de 1891, porém, tal aliança já estava desfeita. Em seguida, foi instaurado um cenário de polarização partidária que perdurou até o fim dos anos 1900. Esse cenário era marcado pela oposição entre

¹ A totalidade das fontes utilizadas neste artigo está disponível para consulta no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira: <memoria.bn.br>

² Conforme destacado por Cláudia Viscardi, tal Assembleia era composta por 17 senadores que haviam integrado os partidos monárquicos (9 liberais e 8 conservadores). Ela também era formada por 32 deputados provenientes do Partido Liberal, e 24 originários do Partido Conservador (Viscardi 2016, 71).

Vicente Machado (1860-1907), dirigente do PR, e Generoso Marques dos Santos (1844-1928), líder da UR (Sêga 2005).

Há tempos, a historiografia referente à Primeira República enfatiza que era recorrente o rompimento de alianças entre lideranças políticas estaduais. Desde o início dos anos 1890, houve a abertura de dissidências em partidos situacionistas de distintas regiões do Brasil. No período em tela, portanto, a política nacional era caracterizada pela eclosão de conflitos que tornaram pouco estável a vida interna das agremiações.³

Após romper com a UR, o PR tornou-se uma agremiação constituída majoritariamente pelos republicanos históricos e antigos membros do Partido Conservador. A UR, por sua vez, permaneceu como o refúgio de integrantes do Partido Liberal. Nessa grei, havia um grupo minoritário de republicanos históricos. De fato, a aproximação entre propagandistas da República e monarquistas não foi um aspecto incomum da vida política brasileira nos anos imediatamente posteriores à queda do Império. Essa aproximação se verificou, por exemplo, no Estado de São Paulo.⁴ Tal aproximação também ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, em meados dos anos 1890.⁵

A formação do primeiro partido de oposição do Paraná não estimulou a emergência de um novo quadro de lideranças políticas no estado. Por meio da análise das informações contidas do Quadro 1 é possível salientar que um aspecto intrínseco ao começo das carreiras políticas dos gestores da UR era o envolvimento em esquemas de nomeações para cargos comissionados. Desse modo, tal agremiação era controlada por indivíduos que, em sua maior parte, possuíam desde o Segundo Reinado as conexões políticas necessárias para a obtenção de postos na administração pública.

Nome	Profissão	Município residência	Filiação partidária	Total de cargos comissionados	Total de mandatos no Poder Legislativo	Total de mandatos no Poder Executivo
Augusto Lustosa de Andrade Ribas	Negociante	Ponta Grossa (PR)	Partido Liberal	2	1	1
Bertoldo Adam	Comerciante varejista	Curitiba (PR)	Sem filiação	0	0	0

³ No Estado do Rio de Janeiro, em fins dos anos 1890, o Partido Republicano Fluminense já se encontrava cindido (Ferreira 1994). No Estado de Mato Grosso, as primeiras dissidências na ordem governista também datam dos anos 1890 (Arruda 2015).

⁴ Após a queda do Império, houve a aproximação entre setores do Partido Republicano Paulista e antigos membros do Governo Imperial. (Casalecchi 1987, 64-65).

⁵ O Partido Republicano Fluminense, nos anos 1890, era controlado por republicanos históricos e antigos monarquistas (Ferreira 1994, 120).

Domingos Ferreira Pinto	Fazendeiro	Ponta Grossa (PR)	Partido Liberal	3	3	0
Fernando Machado Simas	Farmacêutico	Paranaguá (PR)	Partido Republicano	2	1	0
Francisco José Cardoso Júnior	Militar	Rio de Janeiro (RJ)	Partido Conservador	0	3	4
*Generoso Marques dos Santos	Advogado	Curitiba (PR)	Partido Liberal	4	7	1
Joaquim José Alves	Negociante	Morretes (PR)	Partido Liberal	3	1	1
Jorge Marcondes de Albuquerque	Fazendeiro	Castro (PR)	Partido Liberal	0	3	0
Jorge Hermano Meyer	Médico	Curitiba (PR)	Sem filiação	0	0	0
José de Freitas Saldanha	Negociante	Guarapuava (PR)	Partido Liberal	2	3	0
Manuel Correia de Freitas	Jornalista	Paranaguá (PR)	Partido Republicano	0	0	0
Manuel Pedro dos Santos Lima	Médico	Lapa (PR)	Partido Liberal	3	1	0

Fig. 1: Atuação política e profissional dos dirigentes da União Republicana (época do Segundo Reinado)⁶.
Fontes: *A República* (1886-1889); *Dezenove de Dezembro* (1854-1889); *Gazeta Paranaense* (1882-1889); *Província do Paraná* (1876-1879).

As informações presentes em tal Quadro permitem sustentar duas constatações sobre a vida interna da UR. Uma constatação diz respeito ao fato de que houve indivíduos sem atuação prévia nas instituições políticas que obtiveram a faculdade de influir na gestão dessa grei. Tais indivíduos em Bertoldo Adam e Manuel Correia de Freitas (1851-1932). Cumpre destacar que a incorporação de ambos aos quadros da UR decorreu de uma estratégia eleitoral de seus dirigentes. Essa estratégia consistiu em conferir espaço na agremiação a indivíduos que possuíam ligações com imigrantes europeus, operários e a republicanos históricos sem relevante experiência nas lides partidárias. Assim, ao mesmo tempo em que mantiveram o vínculo com antigos dirigentes locais do Partido Liberal, os chefes estaduais da UR buscaram atrair novos personagens para a cena política.

A esse respeito, cabe mencionar que Adam era membro da comunidade alemã de Curitiba. Na época da implantação da República, ele atingiu a condição de liderança política dessa

⁶ O indivíduo cujo nome é precedido por um asterisco era o líder maior da UR.

comunidade. Em 1889, Adam se tornou o representante do seu grupo étnico junto ao Governo do Paraná (*A República*, 26 de dezembro de 1889, 2).

Ele também tinha ligações com membros da comunidade polonesa. Em março de 1890, por exemplo, Adam representou tal comunidade em uma reunião com o então governador do Paraná, Américo Lobo Leite Pereira (1841-1903). Nesse encontro, os representantes dos europeus naturalizados declararam sua adesão à República. Eles também reafirmaram sua concordância com os termos da negociação das dívidas dos colonos europeus com o Governo do Estado (*A República*, 12 de março de 1890, 3). A presença de Adam na direção da UR é um indício do envolvimento de membros de uma comunidade étnica na cena política do estado.⁷ Desde a época do Segundo Reinado, os chefes partidários da província buscavam o apoio político dos alemães nacionalizados.⁸

Em síntese, a aproximação de Adam com os políticos liberais derivou da liderança que exercia perante distintos grupos étnicos. Tal proximidade não adveio de fatores como o poder econômico.⁹ Ela decorreu da habilidade de Adam para articular o envio de demandas aos novos governantes do Paraná. Desse modo, ele era uma liderança emergente na sociedade curitibana. Contudo, no decorrer desta investigação compete evidenciar que foi breve o protagonismo político desse indivíduo. A UR não foi uma agremiação que promoveu a consolidação no cenário partidário estadual de uma geração de novatos nas lides políticas.

Por outra parte, a presença do jornalista Manuel Correia de Freitas no núcleo dirigente da UR evidencia a tentativa de antigas lideranças liberais arregimentarem a esse partido indivíduos que fizeram parte do Movimento Republicano. A grei almejava absorver aos seus quadros os republicanos que não tiveram destacado espaço na agremiação governista. Freitas se distinguira, nos anos 1880, como um defensor da mudança de regime político. Nesse âmbito, ele participou da fundação do Clube Republicano de Paranaguá, em 1887 (Vanali 2017).

Na Primeira República, porém, tal indivíduo não obteve o apoio político suficiente para exercer cargos eletivos por longos períodos. Em verdade, ele não detinha relevante apoio junto aos próprios correligionários da UR. Em 1890, por exemplo, Freitas não conseguiu ser indicado

⁷ Em 1891, por exemplo, o negociante alemão Mathias Bohn era o presidente da Intendência Municipal de Paranaguá (*A República*, 22 de agosto de 1891, 1).

⁸ Em 1885, Fernando Machado Simas (1851-1916), já envolvido nas atividades de propaganda republicana, salientou que havia conservadores e liberais do Paraná empenhados em conquistar o apoio eleitoral dos alemães naturalizados. Simas sugeriu que os membros da comunidade germânica não deveriam aderir aos partidos monárquicos. Ele defendeu que os alemães poderiam fundar um partido e se engajar na causa republicana (*Livre Paraná*, 27 de outubro de 1885, 3).

⁹ Desde os anos 1880, Bertoldo Adam possuía um comércio de alimentos no Largo do Mercado, em Curitiba (*Gazeta Paranaense*, 19 de outubro de 1888, 3).

membro da Convenção que a grei realizou com a finalidade de escolher seus candidatos à Assembleia Nacional Constituinte (*A República*, 19 de outubro de 1890, 2).

De todo modo, ele possuía conexões políticas para além do Estado do Paraná. Foi por meio de tais conexões que conseguiu ser nomeado pelo Governo Provisório de Deodoro da Fonseca, em janeiro de 1890, para o posto de Superintendente de Terras e Colonização do Paraná e Santa Catarina (*A República*, 19 de fevereiro de 1890, 2). Ao mesmo tempo, Freitas era ligado a um setor de trabalhadores urbanos – os operários.¹⁰

Em suma, verifica-se que a UR incorporou aos seus quadros um republicano histórico que não possuía relevante enraizamento no jogo eleitoral paranaense. Ele também não possuía uma aliança com os indivíduos que se acomodaram em posições centrais da administração estadual (*A República*, 8 de março de 1890, 1). Assim, a UR foi um refúgio tanto para antigos chefes liberais quanto para republicanos históricos que não obtiveram destacadas oportunidades de atuação nas instituições políticas após a queda do Império.¹¹

A segunda constatação sobre o núcleo dirigente da UR é referente à presença de indivíduos radicados em municípios do interior do estado. Em sua maior parte, a grei era dirigida por egressos do Partido Liberal cujas carreiras políticas foram desenvolvidas em áreas do planalto paranaense. As informações do Quadro 1 permitem salientar que, desde o Segundo Reinado, os chefes partidários de áreas interioranas possuíam experiência no exercício de cargos eletivos e de funções comissionadas. A fundação da UR foi uma estratégia para reiterar a conexão política entre veteranos das lides partidárias que mantinham uma aliança entre si desde meados do século XIX. Ao mesmo tempo, cabe asseverar que a criação da UR foi uma tentativa de assegurar, em um novo regime político, a influência que chefes liberais exerceram na vida partidária de cidades do interior paranaense.¹²

¹⁰ Manuel Correia de Freitas frequentava as reuniões organizadas por operários da capital paranaense. Ele atuava como o orador oficial desses encontros (*A República*, 12 de junho de 1890, 3).

¹¹ Outro republicano histórico pertencente à direção da UR era o citado Fernando Machado de Simas. A participação desse indivíduo na vida partidária da Primeira República foi circunscrita aos anos de 1890 a 1893, quando exerceu um mandato na Câmara dos Deputados. Após o término da legislatura, ocupou o cargo de Naturalista do Jardim Botânico, na cidade do Rio de Janeiro. (*Gazeta de Notícias*, 16 de setembro de 1916, 5).

¹² A esse respeito, cabe salientar que Domingos Ferreira Pinto (1820-1891), detentor do título de Barão de Guaraúna, foi o chefe do Partido Liberal da cidade de Ponta Grossa nas décadas de 1870 e 1880 (*Dezenove de Dezembro*, 20 de julho de 1878, 3). Em tal contexto, não existiam diretórios municipais dessa agremiação, apenas chefes locais. Portanto, os líderes da UR estavam familiarizados com um modelo pouco complexo de gestão partidária. Um dos aspectos desse modelo era a centralização de decisões. Em geral, tais decisões eram tomadas por um chefe supremo ou por um grupo seleto de dirigentes.

Chefes partidários e correligionários nos processos decisórios da UR: aspectos da divisão de tarefas em uma agremiação estadual

O avanço no estudo sobre a organização interna de partidos políticos exige o reconhecimento das mudanças nas formas de governo de diretórios ao tempo da passagem do Império para a República. O caso da fundação da UR permite salientar que, nos anos 1890, houve lideranças regionais dos partidos monárquicos que não reabilitaram modelos de gestão partidária da época do Segundo Reinado.

Na segunda metade do século XIX, o Partido Liberal do Paraná era controlado pelo advogado Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (1827-1903) (*Província do Paraná*, 30 de agosto de 1879, 3). Ele era o responsável pela formação das chapas de candidatos às eleições parlamentares. Portanto, em tal contexto o Partido Liberal paranaense não era regido por regras pormenorizadas acerca da participação dos correligionários em processos decisórios. O poder exacerbado desse dirigente gerou a dissolução do diretório provincial da grei. Era apenas esse bacharel que tomava as decisões mais cruciais na agremiação (*Dezenove de Dezembro*, 10 de abril de 1889, 1).

Jesuíno Marcondes permaneceu como o chefe supremo dos liberais paranaenses até o momento da implantação da República. A criação da UR foi um acontecimento que evidenciou que os egressos do Partido Liberal não demoraram a abandonar esse modelo centralizado de gestão. Em 1890, portanto, tal modelo fora rejeitado pelos indivíduos que, havia tempos, estavam familiarizados com um ambiente político carente de tomadas coletivas de decisões sobre assuntos partidários (Alves 2014).

Os liberais que fundaram a UR aplicaram outro modelo de gestão. Em tal modelo, não eram apenas os membros da cúpula da agremiação que tinham a prerrogativa de participar da escolha de candidatos. A análise do processo de definição dos postulantes da UR à Assembleia Nacional Constituinte permite corroborar tal afirmação. Em agosto de 1890, os correligionários da UR residentes na cidade de Curitiba realizaram um encontro. Nessa ocasião, foi nomeado um delegado para participar da Convenção na qual seriam escolhidos os candidatos da grei àquela Assembleia. Leia-se, pois, a seguinte notícia sobre tal reunião:

Reunião política. Sexta-feira teve lugar, no Salão Tyvoli, a reunião convocada pelo diretório da União Republicana, e tantas vezes anunciada no *Diário do Paraná*, órgão da mesma União, para a eleição de um representante, por este município, ao Congresso que deve designar os candidatos por este estado à Assembleia Constituinte, verificando-se o resultado seguinte: Manoel Correia de Freitas, candidato da União Republicana, 32 votos; Dr. Justiniano de Mello e Silva, candidato do Clube dos Operários, 50 votos (*A República*, 19 de agosto de 1890, 2).

Nota-se que o processo de escolha de candidatos da UR possuía duas etapas. A primeira etapa consistia na escolha dos delegados à Convenção geral da agremiação. A segunda etapa era a

reunião dos delegados, os quais possuíam a prerrogativa de definir as candidaturas. Tratava-se, pois, de um processo indireto de escolha de candidatos. De todo modo, cabe salientar que houve, somente na cidade de Curitiba, a participação de oitenta e dois correligionários da UR na primeira etapa da definição de candidaturas.

Um ano após a instituição do regime republicano, os liberais paranaenses não concederam a um chefe supremo a tarefa realizar a formação de chapas de candidatos. Entretanto, eles não adotaram um modelo de gestão partidária marcado pela participação universal dos correligionários na montagem das chapas. O envolvimento na última etapa do processo – a definição dos candidatos – era seletivo, visto que era limitado à presença de delegados das unidades locais da grei.

A notícia acima transcrita permite corroborar outra constatação sobre a vida interna da UR. Tal constatação diz respeito ao fato de que, em 1890, não eram apenas os filiados a essa grei que participaram do processo de definição de candidaturas parlamentares. Ao contrário, a UR aceitou, em sua Convenção, a presença de integrantes do Clube dos Operários e Artistas Paranaenses (COAP).¹³ Os dirigentes da UR também não rejeitaram a indicação, para o quadro de membros da Convenção do partido, de um bacharel que não estava formalmente vinculado à UR.

Tais informações permitem salientar que essa agremiação buscou se aproximar de indivíduos que, na capital paranaense, exerciam uma liderança sobre segmentos de trabalhadores urbanos. Mais precisamente, cabe ressaltar que a admissão de membros do COAP em reuniões do diretório da UR em Curitiba era uma forma de os egressos do Partido Liberal ampliarem os seus apoios políticos. A mudança nas formas de gestão partidária, no Paraná dos anos 1890, foi acompanhada por tentativas de membros da antiga elite política da província de angariar o apoio de distintos segmentos sociais. Um desses segmentos era formado pelos europeus nacionalizados. O outro segmento era composto pelos operários.

Os dirigentes da UR não implantaram, em 1890, um modelo inédito de gestão partidária. Havia semelhanças entre o formato do núcleo dirigente da UR e o formato da cúpula do partido situacionista do Paraná, o PR. Uma semelhança fundamental diz respeito ao fato de que ambas as agremiações funcionavam, no referido ano, à maneira de uma comissão carente de uma precisa

¹³ As primeiras reuniões do COAP noticiadas pela imprensa datam de janeiro de 1890 (*A República*, 19 de janeiro de 1890, 3). Em tal ano, os seus dirigentes criaram o Partido Operário do Paraná, o qual não possuía expressiva força eleitoral (Valente 1997). A análise das informações veiculadas nos jornais paranaenses evidencia que, em meados daquela década, o COAP não estava mais em funcionamento (*A República*, 3 de julho de 1895, 2). Após a sua extinção, houve a fundação de clubes de operários cuja atuação era restrita a algumas cidades, como Ponta Grossa, localizada no segundo planalto do estado, e Paranaguá, situada no litoral (*A República*, 28 de abril de 1902, 2).

divisão de tarefas. Havia, tanto na UR quanto no PR, um diretório central composto por membros efetivos que trabalhavam sob as ordens de um presidente. A análise das características da gestão partidária adotada pelos políticos paranaenses no começo da Primeira República requer a atenção às informações do Quadro 2.

Nome	Profissão	Município de origem	Filiação partidária	Total de cargos comissionados	Total de mandatos no Poder Legislativo	Total de mandatos no Poder Executivo
Eduardo Mendes Gonçalves	Engenheiro Civil	Rio de Janeiro (RJ)	Partido Republicano	2	1	0
Francisco de Almeida Torres	Engenheiro Civil	Curitiba (PR)	Partido Republicano	1	1	0
Ildefonso Pereira Correia	Industrial	Paranaguá (PR)	Partido Conservador	1	3	1
Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva	Negociante	Campinas (SP)	Partido Republicano	0	0	0
José Pereira dos Santos Andrade	Advogado	Paranaguá (PR)	Partido Conservador	1	2	0
Marciano Augusto Botelho de Magalhães	Militar	Rio de Janeiro (RJ)	Partido Republicano	0	0	0
Ubaldo do Amaral Fontoura	Advogado	Lapa (PR)	Partido Republicano	0	0	0
*Vicente Machado da Silva Lima	Advogado	Castro (PR)	Partido Liberal	4	2	0

Fig. 2: Atuação política e profissional dos dirigentes do Partido Republicano (época do Segundo Reinado)¹⁴. **Fontes:** *A República* (1888-1889); *Dezenove de Dezembro* (1854-1889); *Gazeta Paranaense* (1882-1889); *Província do Paraná* (1876-1879).

As informações do Quadro 2 possibilitam salientar um aspecto do cenário partidário do Paraná do início dos anos 1890. Tal aspecto é que houve republicanos históricos que conseguiram, nos anos imediatamente posteriores à queda do Império, obter posições de relevo no jogo político estadual. De outra parte, as informações do Quadro 2 favorecem o reconhecimento de semelhanças e diferenças acerca da organização interna das duas primeiras agremiações partidárias fundadas no Paraná republicano.

¹⁴ O indivíduo cujo nome é precedido por um asterisco era o líder maior do PR.

Uma semelhança é decorrente do fato de que a UR e o PR incorporaram as seus quadros indivíduos que, ao tempo do Segundo Reinado, eram adversários políticos. Ao passo que a UR absorveu republicanos históricos, os dirigentes do PR admitiram ao seu núcleo dirigente indivíduos que haviam pertencido aos partidos monárquicos. A presença de dois republicanos históricos na direção da UR evidencia que as lideranças do Movimento Republicano no Paraná não se mantiveram unidas após o ano de 1889.

Uma diferença na composição das cúpulas dessas agremiações é atinente ao fato de que, na UR, houve maior espaço para a acomodação de correligionários oriundos de áreas do interior do Paraná. A concessão de tal espaço evidenciou a propensão de chefes liberais de conservarem suas conexões políticas com antigos correligionários. No PR, por seu turno, houve a concessão de espaço para republicanos históricos que se enquadravam na categoria de adventícios. A composição do núcleo dirigente desse partido evidenciou que um objetivo de seus dirigentes era constituir uma aliança com indivíduos que estavam ligados a lideranças republicanas de outras regiões do Brasil, notadamente o Sudeste.

Nesse âmbito, cumpre ressaltar que o militar carioca Marciano Botelho era irmão de uma liderança republicana de projeção nacional, Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891) (Castro 1995, 126). Cabe também mencionar que, a despeito de ter nascido em um município paranaense, o advogado Ubaldino do Amaral Fontoura (1842-1920) não vivia em seu estado natal desde a época do Segundo Reinado. Residente na então capital federal, ele participou do Movimento Republicano que existiu na Província do Rio de Janeiro, nos anos 1880.¹⁵ Por fim, outra forma de um adventício estabelecer contatos com os republicanos paranaenses era por meio do envolvimento em esquemas de nomeações para cargos comissionados.¹⁶

O desempenho dos candidatos da UR em eleições parlamentares

A UR apresentou candidaturas em três eleições parlamentares – dois pleitos para o Congresso Constituinte do Paraná e uma disputa para o Senado. Essas disputas ocorreram entre os anos de 1891 e 1892. A análise do desempenho eleitoral dessa agremiação possibilita evidenciar

¹⁵ Em julho de 1888, por exemplo, Ubaldino do Amaral presidiu uma reunião de republicanos ocorrida no município fluminense de Niterói (*A República*, 30 de julho de 1888, 2).

¹⁶ Este foi o caso do engenheiro civil Eduardo Mendes Gonçalves. Natural da cidade do Rio de Janeiro, ele estabeleceu ligações com os republicanos históricos do Paraná pelo fato de que exerceu cargos públicos nessa província. O início do enraizamento de Mendes no Paraná ocorreu em 1877, quando foi nomeado para o posto de Agrimensor do Governo Provincial. Posteriormente, atuou como Diretor das Obras Públicas do Paraná. Ele solicitou exoneração desse cargo em 1885, ano em que fundou o Clube Republicano de Curitiba (*Gazeta Paranaense*, 8 de outubro de 1885, 2).

as formas de polarização partidária, em um contexto estadual, no limiar da Primeira República. Mais precisamente, cumpre evidenciar que em tal época, no Paraná, o partido governista não havia consolidado o seu predomínio no cenário eleitoral do estado.

Os resultados apresentados nesta seção permitem salientar que não era incomum, no referido período, a existência de grupos de oposição eleitoralmente competitivos. Representada pela UR, a oposição estadual formou uma base eleitoral suficiente para exercer o domínio sobre uma instituição do Poder Legislativo. Nesse quadro, cumpre fundamentar quatro constatações. Primeiro, trata-se de salientar que, em 1891, a UR apresentou uma chapa completa, de 36 candidatos, às eleições para o Congresso Constituinte do Paraná (*Diário do Comércio*, 3 de março de 1891, 3). Todos esses postulantes foram eleitos (*Diário do Comércio*, 8 de maio de 1891, 3). Ao conquistarem o comando do Legislativo Estadual, os deputados da UR escolheram Generoso Marques, líder incontestado da agremiação, para o cargo de governador.

Em tal época, a oposição paranaense ainda não empregava uma estratégia eleitoral que se tornou comum entre os grupos políticos minoritários nos estados ao longo da Primeira República. Essa estratégia consistia em lançar chapas incompletas nos pleitos para cargos do Poder Legislativo. O objetivo das minorias era evitar que um alto número de candidaturas gerasse a dispersão dos votos de seu incipiente eleitorado. Em geral, as oposições conseguiam apenas uma presença minoritária e eventual nas instituições legislativas (Figueiredo 2016, 46-47). Em síntese, no Paraná do início dos anos 1890 a força política da agremiação situacionista não era suficiente para inibir a oposição de pleitear todas as vagas em disputa para o Congresso do Estado.

A segunda constatação afirma que foi pouco duradouro o predomínio político da UR. Houve dois fatores responsáveis pelo esgotamento da força eleitoral dessa grei. Um fator consistiu na renúncia do marechal Deodoro da Fonseca do cargo de presidente da República, em 23 de novembro de 1891. Tal episódio gerou a dissolução do Congresso Estadual do Paraná. Nesse contexto, o novo presidente, marechal Floriano Peixoto, destituiu os governadores de estado. No Paraná, a deposição de Generoso Marques foi sucedida pela formação de uma Junta Governativa (Vernalha 1984).

A queda de Deodoro da Fonseca foi um acontecimento auspicioso para o PR, visto que provocou a redução da força eleitoral da UR. A imprensa ligada ao PR asseverou que o governo de Deodoro não tinha o apoio dos republicanos históricos do Paraná.¹⁷ Nesse estado, tal situação

¹⁷ Ao analisar a perda de apoio político pelo presidente Deodoro da Fonseca, Maria Lombardi Fernandes destacou que “Ao longo do ano de 1891, o Governo Deodoro rapidamente entrou em declínio, sofrendo uma crise de legitimidade frente aos republicanos históricos, que não se viam representados num governo cujo expoente máximo era o Barão de Lucena” (Fernandes 2008, 212).

provocou o fortalecimento político dos veteranos do Partido Liberal (*A República*, 6 de abril de 1892, 2). Em verdade, não eram apenas os republicanos históricos do PR que combateram o presidente Deodoro. Em São Paulo, os próceres do Partido Republicano Paulista também se opuseram a esse governante (Saes 2010).

O segundo fator da corrosão da força eleitoral da UR consistiu na falta de um sólido modelo administrativo. Assim, de 1892 a 1893 três indivíduos se revezaram no cargo de presidente do partido.¹⁸ Tratava-se, pois, de uma época em que não havia uma liderança dotada da legitimidade necessária para manter coeso o grupo de correligionários da agremiação. Nesse contexto, o partido não possuía regras precisas para a realização de processos como a substituição de dirigentes. As mudanças de comando na UR foram realizadas sem ampla consulta aos filiados. Verifica-se, pois, que a participação dos correligionários em processos decisórios da UR foi circunscrita ao momento em que a grei organizou a sua primeira chapa de candidatos.

De fato, o modelo administrativo da UR era menos centralizado em relação àquele adotado pelos chefes liberais no fim dos anos 1880. Porém, foi somente nos últimos meses da sua existência que esse partido ambicionou aplicar um modelo mais detalhado de gestão de seus diretórios municipais. Dessa maneira, cumpre asseverar que, no Paraná do início da Primeira República, a ausência de uma sólida organização interna impediu que a oposição tivesse um grupo cativo de eleitores. Essa ausência também impossibilitou o a formação de um quadro estável de dirigentes municipais da grei. A ausência de relevante base eleitoral permitiu que os adversários da UR conquistassem, em 1892, a maior parte das vagas para o Congresso Constituinte do estado (*A República*, 29 de janeiro de 1892, 2).

O desenvolvimento da análise sobre a atividade eleitoral da UR requer a atenção ao resultado do pleito, ocorrido em 1892, para uma vaga de senador pelo Paraná. A relevância desse resultado reside no fato de que nele é discriminada a votação recebida pelos candidatos nos municípios.

Tal análise permite evidenciar, de um lado, as cidades que permaneceram sob a influência política da UR após essa agremiação perder o domínio do Governo do Estado. De outro lado, ela possibilita corroborar a afirmação de que nesse contexto havia, nos municípios interioranos, uma disputa equilibrada entre as duas agremiações existentes no estado. Ou seja, o predomínio eleitoral do PR não se consolidou imediatamente após a perda de espaço da UR nas instituições políticas.

¹⁸ Em 1892, Generoso Marques foi substituído no comando da UR pelo bacharel Francisco da Cunha Brito (*A República*, 21 de junho de 1892, 2^o). Em 1893, por fim, o médico João de Meneses Dória assumiu o controle do partido (*A República*, 15 março de 1893, 2).

A execução desta análise permite evidenciar que não era incomum, nos anos 1890, que um partido de oposição conseguisse o respaldo do eleitorado de municípios interioranos. Atente-se, assim, às informações da Tabela 1.

Município	Região do Estado do Paraná	Votação de Ubaldino do Amaral Fontoura (Partido Republicano)	% da votação do candidato eleito	Votação de Manuel Alves de Araújo (União Republicana)	% da votação do candidato não eleito
Ambrósios	Primeiro planalto	105	75	35	25
Antonina	Litoral	188	56,2	147	43,8
Assungui de Cima	Primeiro planalto	62	49,6	63	50,4
Bocaiúva do Sul	Primeiro planalto	133	58	96	42
Campina Grande do Sul	Primeiro planalto	103	52	95	48
Campo Largo	Primeiro planalto	263	57	200	43
Castro	Segundo planalto	278	62	171	38
Colombo	Primeiro planalto	89	49,8	90	50,2
Conchas	Segundo planalto	82	37,2	139	62,8
Curitiba	Primeiro planalto	870	59,3	528	40,7
Entre Rios	Terceiro planalto	67	60	45	40
Guarapuava	Terceiro planalto	285	52,8	254	47,2
Guaraqueçaba	Litoral	50	53	44	47
Guaratuba	Litoral	21	35,6	38	64,4
Iguaçu	Primeiro planalto	88	53,3	77	46,7
Imbituva	Segundo planalto	130	71,5	52	28,5
Lapa	Primeiro planalto	581	65,8	302	34,2
Morretes	Litoral	130	45,7	154	54,3
Palmeira	Segundo planalto	182	56,1	142	44,9
Paranaguá	Litoral	351	72,3	134	27,7
Piraí do Sul	Segundo planalto	93	73,2	34	26,8
Piraquara	Primeiro planalto	90	55,3	73	44,7
Ponta Grossa	Segundo planalto	131	52,9	117	47,1
Porto de Cima	Litoral	207	82,4	44	17,6
Rio Negro	Segundo planalto	88	25,5	258	74,5
São João do Triunfo	Segundo planalto	88	44,7	109	55,3

São José dos Pinhais	Primeiro planalto	176	45,5	211	54,5
Serro Azul	Primeiro planalto	113	59,5	77	40,5
São Luiz	Segundo planalto	65	62	40	38
Tietê	Primeiro planalto	51	36,7	88	63,3
Votuverava	Primeiro planalto	80	42,7	107	57,3

Fig. 3: Desempenho eleitoral dos candidatos ao Senado Federal pelo Estado do Paraná em 1892. **Fonte:** *A República* 21 de junho de 1892, 2.

O estudo da Tabela 1 permite fundamentar a terceira constatação desta seção. Tal constatação afirma que as cidades do interior do Paraná, sobretudo aquelas localizadas no primeiro planalto, eram o principal reduto eleitoral do partido oposicionista, no início dos anos 1890. Cumpre mencionar que, em um contexto marcado pela ascensão política do PR, a UR conseguiu que o seu candidato a senador vencesse em dez de um total de trinta e um municípios. Ao mesmo tempo, de um total de vinte e um colégios eleitorais em que foi derrotada pelo PR, a UR conseguiu obter em treze ao menos 40% dos sufrágios.

Os reveses experimentados por essa grei não esfacelaram por completo a sua base de apoio em municípios interioranos. As informações presentes na Tabela 1 evidenciam que em todas as quatro regiões do Paraná houve cidades nas quais a UR obteve uma votação próxima àquela angariada pelos situacionistas. A força eleitoral dessa grei não estava concentrada em apenas uma região. Em três regiões do estado, houve municípios que concederam ao candidato oposicionista mais de 60% dos votos.

De outra parte, convém destacar que o candidato a senador pela oposição venceu o postulante governista no município litorâneo de Morretes, o qual era o reduto eleitoral de uma antiga liderança do Partido Liberal, o negociante ervateiro Joaquim José Alves (1834-1905) (Alves 2014). Tal informação consiste em um indício de que a manutenção de conexões políticas com chefes liberais de áreas distantes da capital do estado permitiu que a UR preservasse, ainda que de forma limitada, uma influência eleitoral após seu afastamento do Governo do Estado.

A quarta constatação, por fim, diz respeito à vida interna dos primeiros dois partidos criados no Paraná republicano. Assim, cumpre salientar que a candidatura de Manuel Alves de Araújo (1836-1908) ao Senado evidenciou a inclinação da UR para conferir oportunidades de ação política a indivíduos que haviam pertencido ao Partido Liberal. Tal candidato fora presidente da Assembleia Provincial do Paraná (1864-1865), deputado geral nos decênios de 1870 e 1880, e ministro da Agricultura (1882) do Gabinete comandado pelo senador liberal Martinho de Campos

(Brasil 1968). No contexto posterior à saída da UR das instituições políticas estaduais, os dirigentes da grei continuaram a propiciar a políticos veteranos as condições de permanecerem ativos no jogo eleitoral.

Na UR, a participação dos correligionários em processos decisórios não foi acompanhada pela emergência de um grupo de políticos sem vínculos prévios com agremiações partidárias. Ao mesmo tempo, há evidências de que depois da derrocada da grei, em fins de 1891, o governo do partido assumiu um aspecto mais centralizado.¹⁹ Em tal cenário, antigas lideranças liberais, a exemplo de Manuel de Araújo, obtiveram a oportunidade de tentar recuperar a influência que exerceram no cenário partidário regional. De outra parte, a candidatura de Ubaldino do Amaral ao Senado evidencia que, em 1892, os republicanos históricos continuavam a exercer relevante influência na vida interna do partido governista.

A reformulação do modelo administrativo da UR: o projeto de formalização das interações entre as unidades locais do partido

O estudo das diretrizes administrativas da UR requer o conhecimento do contexto político em que foram elaboradas. A atenção a esse contexto possibilita evidenciar que os dirigentes do partido buscaram disciplinar a vida interna da grei no momento posterior à perda de sua força eleitoral no estado. Assim, o propósito de consolidar um modelo mais regrado de gestão partidária foi enxergado como a etapa inicial da recuperação da relevância política da agremiação.

O ano de 1895, época da elaboração de tais diretrizes, foi o momento em que o PR conseguiu se afirmar como a agremiação predominante do Paraná. Esse partido governista, contudo, ainda não havia elaborado as suas diretrizes administrativas. Tal elaboração ocorreu em fins de 1896 (*A República*, 6 de novembro de 1896, 1).²⁰ Era mais urgente para os membros da oposição formular regras destinadas a permitir que o diretório central e as unidades municipais da UR retomassem as suas atividades e funcionassem de modo contínuo.

¹⁹ Nos anos de 1892 e 1893, época em que ocorreram as mudanças no comando da UR, esse partido ainda não possuía uma precisa divisão de tarefas entre os integrantes de seu núcleo dirigente. Havia, no diretório central, um presidente e alguns membros efetivos. Em 1893, por exemplo, o citado Meneses Dória tornou-se o líder maior da agremiação (*A República*, 15 de março de 1893, 3). Portanto, a passagem do Império para República não promoveu imediata alteração na concepção de gestão partidária dos remanescentes do Partido Liberal paranaense. Essa mudança foi gradual. A primeira etapa da mudança consistiu em instituir a decisão colegiada para a escolha de candidatos. Conforme demonstrado na penúltima seção deste artigo, tal mudança se tornou mais acentuada quando ocorreu a formulação das diretrizes administrativas da grei.

²⁰ Nesse contexto, não foi apenas no Paraná que houve a formulação de diretrizes administrativas de partidos. Foi em 1896 que ocorreram, por exemplo, os debates para a construção de um modelo administrativo mais consistente para o Partido Republicano Fluminense (Ferreira 1994, 120-121). Em meados dessa década, os dirigentes do Partido Republicano Mineiro, de orientação governista, também se voltaram à tarefa de conceber precisas regras de funcionamento para a agremiação (Resende 1978, 166-167).

A Revolução Federalista perdurou de 1893 a 1895. Nesse contexto, o principal dirigente da UR, Generoso Marques, havia apoiado as forças do general revolucionário Gumerindo Saraiva, em detrimento das tropas federais enviadas ao Sul por determinação do presidente Floriano Peixoto.²¹ A derrota dos revoltosos aprofundou o isolamento político em que se encontravam os dirigentes da UR, especialmente Generoso Marques.²²

As atividades dessa agremiação foram retomadas depois do término do conflito. Após a pacificação do cenário político paranaense, Marques recuperou o controle sobre a gestão da UR. Ou seja, a grei voltou a ser controlada por uma antiga liderança do Partido Liberal. O recesso das atividades partidárias não foi sucedido pela renovação no quadro de lideranças da agremiação. De outra parte, o estudo da tentativa de reorganização da grei exige a leitura das bases administrativas apresentadas pelo núcleo dirigente da UR em 1895. Atente-se, pois, às seguintes diretrizes:

O Diretório Central na Capital do Estado.

Diretório em cada município.

Delegado de cada Diretório Municipal, representando este na Capital.

O Delegado não poderá representar mais do que um município.

Organização de chapas e apresentação de candidaturas, quer para o Congresso Estadual, quer para o Congresso Federal, resolvidas pelo Diretório Central com audiência dos delegados, que apresentarão poderes especiais do seu respectivo Diretório.— As questões locais serão resolvidas pelos respectivos Diretórios.

Cada Diretório se constituirá com um número de membros que a respectiva localidade julgar conveniente e o Central com cinco membros eleitos pelos Diretórios Municipais, que darão cada um 1 voto, em lista de 5 nomes.

Para constituírem o primeiro Diretório Central, os Delegados dos Diretórios se reunirão, na Capital, sob a presidência do mais velho, que convidará outro para secretário, e assim reunidos em sessão, apurarão os votos que houverem recebido dos seus Diretórios, lavrando em seguida uma ata e expedindo ofício de comunicação com a designação da hora, dia e lugar em que deverá ser instalado o Diretório Central.

Instalado o Diretório Central, este com audiência dos Delegados Municipais que atenderem ao convite que lhes será dirigido, estabelecerá as bases para os trabalhos dos Diretórios, que organizarão os seus regimentos internos de conformidade com eles (*A República*, 29 de janeiro de 1896, 1).

Há quatro aspectos a serem destacados acerca dessas diretrizes. Um aspecto é que os dirigentes da UR mantiveram o modelo de decisão coletiva para a escolha de candidatos. Eles preservaram o modelo adotado em 1890, o qual consistia na formação de um colégio de delegados oriundos dos municípios. Em meados dessa década, as antigas lideranças do Partido Liberal

²¹ Tal Revolução foi uma guerra civil suscitada por opositores do governador Júlio de Castilhos, do Rio Grande do Sul. Todavia, os conflitos se estenderam pelos demais estados sulinos. A respeito das etapas e circunstâncias que levaram ao surgimento desse conflito (Sêga 2005; Vernalha 1984).

²² Em virtude do seu apoio a Gumerindo Saraiva e da perda de apoio político em seu estado natal, Generoso Marques permaneceu exilado na cidade argentina de Buenos Aires durante o ano de 1894 (Marques 1941).

paranaense abandonaram, em definitivo, a prática de conceder a um chefe supremo a tarefa de confeccionar uma chapa de candidatos.

O segundo aspecto reside no fato de que, para os dirigentes da UR, a recuperação da força eleitoral da grei exigia o funcionamento regular de diretórios municipais. Um objetivo capital desses dirigentes era manter uma atividade permanente do partido por meio do apoio de lideranças políticas locais. O aumento da competitividade dos candidatos da UR demandava elevar o grau de formalização das atividades das unidades do partido existentes no interior do estado.

O terceiro aspecto é a autonomia administrativa conferida às lideranças municipais. A cúpula da UR não formulou um modelo unificado de governo de diretórios. Dessa forma, era admitido que existissem diferenças entre as unidades locais da grei no que concerne ao modelo de divisão de tarefas entre os correligionários. Ao mesmo tempo, em tais diretrizes os dirigentes da UR não previram realizar uma vigilância permanente sobre os trabalhos dos diretórios municipais.

O quarto aspecto, por fim, diz respeito à participação dos correligionários de cidades do interior no processo de escolha dos membros do diretório central do partido. Assim, foi extinto o modelo em que o chefe supremo governava de forma permanente e com amplos poderes o órgão central da agremiação. A partir da redação das bases, a conquista de uma autoridade sobre o partido dependeria da chancela de seus filiados.

Contudo, a formulação dessas diretrizes não foi sucedida pelo restabelecimento das atividades da UR. Tal agremiação foi extinta e os seus membros, a partir dos anos 1900, não se mantiveram articulados para combater o partido predominante. Em verdade, no fim do século XIX o senador Generoso Marques fundou outra grei oposicionista, denominada de Partido Republicano.²³ Porém, ela se dissolveu no ano de 1906.²⁴ Um dos fatores do desaparecimento dessa agremiação é que ela não atingiu um nível de competitividade suficiente para eleger seus candidatos. Um indício dessa baixa competitividade era o não lançamento de candidaturas para cargos do Poder Executivo, bem com a apresentação de chapas incompletas para os postos do Poder Legislativo.²⁵

²³ Nessa época, a agremiação governista do Paraná adotava o nome de Partido Republicano Federal. De 1908 a 1909, utilizou a denominação de Coligação Republicana. Em março de 1909, escolheu o seu nome definitiva – Partido Republicano Paranaense (*A República*, 26 de março de 1909, 1).

²⁴ De modo análogo à UR, o Partido Republicano de Generoso Marques adotou formas coletivas de tomadas de decisão. Os processos decisórios do partido contavam com a participação de correligionários do interior do estado (*Diário da Tarde*, 24 de abril de 1899, 2). Houve, assim, nova recusa ao modelo administrativo que vigorou no Partido Liberal paranaense.

²⁵ Em 1903, o Partido Republicano não apresentou candidatos na disputa pelas quatro vagas de deputado federal pelo Paraná (*A República*, 14 de março de 1903, 1). Em 1905, por fim, essa grei lançou vinte candidatos no pleito pelas trinta vagas do Congresso Legislativo Estadual. Porém, elegeram apenas dez candidatos. A eleição desses candidatos foi possível porque os governistas decidiram não apresentar uma chapa completa. Ou seja, os situacionistas decidiram assegurar uma presença mínima dos seus adversários naquela instituição (*A República*, 2 de janeiro de 1906, 1).

Adesão, oposição e abandono das lides partidárias: os destinos políticos de membros da cúpula da UR

As informações analisadas nesta seção estão contidas no Quadro 3. Tais informações permitem destacar que, após o ano de 1895, não houve a manutenção de conexões políticas entre os membros da cúpula extinta UR. Por outro lado, existiram semelhanças quanto aos trajetos políticos que eles percorreram ao longo da Primeira República. Atente-se, pois, ao seguinte Quadro.

Nome	Profissão	Município de residência	Filiação partidária (após 1895)	Total de cargos comissionados	Total de mandatos no Poder Legislativo	Total de mandatos no Poder Executivo
Bertoldo Adam	Auxiliar da Coletoria do Estado do Paraná	União da Vitória (PR)	Sem filiação	0	1	0
Fernando Machado Simas	Naturalista do Jardim Botânico	Rio de Janeiro (RJ)	Sem filiação	2	2	0
Francisco José Cardoso Júnior	Militar	Rio de Janeiro (PR)	Sem filiação	0	4	2
Generoso Marques dos Santos	Advogado	Curitiba (PR)	Partido Republicano Paranaense	0	12	1
Joaquim José Alves	Negociante	Morretes (PR)	Sem filiação	2	1	0
José de Freitas Saldanha	Negociante	Curitiba (PR)	Sem filiação	0	1	0
Jorge Hermano Meyer	Médico	Curitiba (PR)	Partido Republicano Federal	2	2	1
Jorge Marcondes de Albuquerque	Fazendeiro	Castro (PR)	Sem filiação	0	0	0
Manuel Correia de Freitas	Jornalista	Rio de Janeiro (RJ)	Coligação Republicana	1	3	0
Manuel Pedro dos Santos Lima	Médico	Lapa (PR)	Sem filiação	0	0	0

Fig. 4: Atuação política e profissional dos dirigentes da União Republicana (época da Primeira República).

Fontes: *A República* (1889-1930); *Diário da Tarde* (1899-1930); *Diário do Comércio* (1891-1894); *O Dia* (1923-1930).

O estudo da atuação política e profissional dos dirigentes da UR no contexto posterior à dissolução do partido permite reconhecer a coexistência de três destinos. Um destino consistiu em abandonar as lides partidárias. Cumpre mencionar que os dirigentes originários do interior do Paraná não se consolidaram como lideranças políticas dos seus municípios de origem. Os mandatos

eletivos e os cargos comissionados que obtiveram foram exercidos no curso da primeira década republicana. A opção por se desligar formalmente dos partidos não significava, por certo, que os antigos dirigentes da UR ficaram alheios aos assuntos eleitorais.

Nesse âmbito, cumpre salientar o caso de Jorge Marcondes de Albuquerque (1842-1909). O principal momento de sua atuação política abrangeu a década de 1880, quando estava filiado ao Partido Liberal, e o início dos anos 1890, época em que pertenceu à UR. Nos anos seguintes à dissolução dessa grei, ele conseguiu conservar a sua condição de notável da vida política local. No município de Castro, as orientações que ele apresentava sobre temas políticos eram aceitas por uma parcela dos eleitores.

Em 1909, ao publicar o necrológio de Marcondes, o jornal *A República* salientou: “Embora com a nova forma de governo se tivesse afastado das lutas políticas, continuava a ser reconhecido por grande parte do eleitorado, que o acatava com respeitosa veneração, obedecendo incondicionalmente à [sua] orientação” (*A República*, 20 de janeiro de 1909, 1). Dessa forma, Marcondes capitalizou a experiência política que conquistou no Segundo Reinado e no limiar da Primeira República para manter sob o seu controle um séquito de correligionários. De todo modo, o grupo de dirigentes da UR ao qual ele pertencia não exerceu o controle sobre a gestão das instituições políticas e agremiações partidárias a partir dos anos 1900.

De outra parte, trata-se de destacar que o citado Bertoldo Adam não teve longa participação na vida partidária do estado. O seu momento de maior projeção no cenário político estadual foi circunscrito aos primeiros três anos do regime republicano. O fim das atividades do Congresso Estadual Constituinte de 1891 representou o desfecho do percurso político de Adam. Ao longo da Primeira República, ele mudou de profissão e de município. Nesse contexto, abandonou o comércio e ingressou no serviço público. Em 1920, Adam exercia, na cidade paranaense de União da Vitória, o cargo de Auxiliar da Coletoria Estadual (*A República*, 29 de março de 1920, 1).

Verifica-se, assim, que não prosperou a iniciativa de lideranças da oposição de se aproximar de europeus nacionalizados para ampliar o seu grupo de correligionários. Tais informações também permitem corroborar a afirmação de que foi apenas momentânea a aliança mantida entre os fundadores do primeiro partido de oposição do Paraná republicano.

O segundo destino dos dirigentes da UR foi o ingresso no partido situacionista do estado. Tal destino marcou a trajetória de Generoso Marques, o qual aderiu ao governismo em 1908. A filiação à agremiação predominante lhe assegurou sucessivas reeleições para os cargos de deputado estadual e de senador. Ao migrar para o campo da situação, ele conseguiu pertencer à cúpula do partido oficial (*A República*, 18 de janeiro de 1909, 1). O desenvolvimento de uma trajetória política

estável foi o principal benefício da vinculação de Marques ao grupo partidário controlado por seus antigos contendores.

O outro dirigente da UR que ingressou no partido governista, em 1908, foi o citado Manuel Correia de Freitas. No início dos anos 1910, contudo, ele se desligou do situacionismo estadual (Vanali 2017). Na maior parte do seu percurso político, Freitas não assumiu compromissos partidários. Desse modo, a inserção de antigos membros da UR na agremiação predominante do Paraná não significa que eles eram inclinados a tomar decisões conjuntas sobre os seus movimentos no jogo político. A dissolução da UR interrompeu a ação unificada de combate ao situacionismo estadual.

Por fim, a análise do destino político de Jorge Hermano Meyer (1861-1925) permite evidenciar que a disposição para realizar permanente oposição ao partido predominante do Paraná era peculiar a uma pequena parte dos dirigentes da UR. Manuel Correia de Freitas atuou como oposicionista sem manter vínculos duradouros com partidos políticos. Jorge Meyer, por seu turno, fundou uma agremiação oposicionista, em 1908, denominada Partido Republicano Federal. Essa grei foi extinta em maio de 1909. Tratava-se, pois, de um partido composto por políticos veteranos que eram egressos do situacionismo (*Diário da Tarde*, 31 de maio de 1909, 1). Ou seja, Meyer não conseguiu reabilitar suas conexões com os dirigentes da UR para formar um partido dotado de competitividade eleitoral e de elevado grau de enraizamento no interior do estado.

Nesse contexto, o Partido Republicano Paranaense conservou a supremacia sobre a vida eleitoral e as instituições administrativas do Estado. Um dos fatores da força eleitoral dessa agremiação era o fato de que tinha o apoio de parentelas que controlavam o jogo político de municípios de diferentes regiões do estado. Os dirigentes estaduais e os chefes locais dessa grei eram indivíduos que estavam ligados entre si em decorrência de antigas relações familiares (Goulart 2008; Oliveira 2001).

Nesse cenário, os partidos de oposição funcionavam como um refúgio temporário para que governistas decaídos pudessem permanecer politicamente ativos. Ou seja, as iniciativas de criação de partidos de oposição realizadas após a extinção da UR não originaram agremiações internamente organizadas. Ao contrário, a duração desses partidos era comumente limitada ao período de uma eleição.²⁶

²⁶ A última tentativa de formação de uma agremiação oposicionista no estado consistiu na criação do Partido Democrático Paranaense, em 1926. Composta por egressos do situacionismo estadual, essa grei foi extinta em 1927 (Granato 2018).

Considerações finais

A historiografia referente ao jogo político de distintos estados brasileiros salienta que a vida partidária do início da Primeira República foi caracterizada pelo aspecto instável das alianças entre membros de partidos governistas. De outra parte, a abordagem proposta no presente trabalho consistiu em reconhecer os aspectos da organização interna de um partido estadual de oposição.

Nesse âmbito, há quatro resultados a serem destacados. Primeiro, cabe ressaltar que o primeiro partido de oposição surgido no Paraná republicano foi liderado por políticos veteranos que haviam pertencido ao Partido Liberal. Tal agremiação permitiu que liberais radicados na capital paranaense e em áreas interioranas permanecessem politicamente ativos. No início de seu funcionamento, a União Republicana respaldou, com sucesso, as pretensões eleitorais desses veteranos.

Esses antigos chefes liberais não aplicaram, na nova agremiação, o modelo de gestão partidária com o qual estavam habituados desde a época do Império. Eles não instituíram um modelo de gestão no qual a escolha de candidatos era uma atribuição de um chefe supremo. Ao contrário, tal escolha era derivada de uma decisão colegiada. Os resultados apresentados nesta investigação permitem afirmar que, no caso do Paraná, os remanescentes do Partido Liberal modificaram o seu entendimento sobre as formas de organização interna de um partido.

O segundo resultado afirma que o partido governista do Paraná não obteve, no princípio de seu funcionamento, o predomínio sobre a vida eleitoral do estado. Houve, ainda que por um breve período, uma efetiva polarização entre a oposição e a situação. Desse modo, foram os oposicionistas que conseguiram o controle das vagas da primeira legislatura do Congresso do Estado, em 1891. Nos dois anos seguintes à queda do Império, as antigas lideranças do Partido Liberal paranaense conservaram a sua influência eleitoral sobre determinadas regiões do estado, sobretudo o primeiro planalto.

O terceiro resultado afirma que a eleição de deputados estaduais pela UR não foi sucedida pela formação de uma estável base eleitoral. A agremiação não possuía a organização interna necessária para consolidar a sua presença nas quatro regiões do Paraná. A força eleitoral dessa grei declinou quando o PR assumiu o controle o Governo do Estado. Foi apenas em 1895, às vésperas de sua dissolução, que a UR formulou um plano direcionado a reorganizar seu modelo administrativo e obter maior apoio das lideranças políticas dos municípios. Nessa época, porém, o PR já se tornara a agremiação predominante.

O quarto resultado, por fim, comporta a afirmação de que os dirigentes da UR não fizeram parte de uma geração de políticos marcados pela duradoura aliança na vida partidária. Assim, a

extinção da grei foi sucedida pela dispersão de percursos políticos. Após o ano de 1895, os remanescentes da UR ocuparam posições diferentes no quadro partidário. Os dirigentes que continuaram no campo oposicionista não estabeleceram uma aliança entre si na tentativa de enfrentar os situacionistas. Por outro lado, o fato de alguns dos integrantes da UR terem migrado para o grupo governista não é uma evidência de que atuaram juntos na vida política. Esses adeptos do governismo eram diferentes entre si em virtude do tempo que permaneceram vinculados ao partido predominante. Eles também se distinguiam em decorrência da maior ou menor proximidade com as lideranças situacionistas.

Referências bibliográficas

- Alves, Alessandro Cavassin. “A Província do Paraná (1853-1889): a classe política, a parentela no governo”. Tese de doutoramento, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2014.
- Antonacci, Maria Antonieta. *RS, as oposições e a Revolução de 23*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- Arruda, Larissa Rodrigues Vacari de. *Disputas oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses (1892-1906)*. São Carlos: Ed. da UFSCar, 2015.
- Barbosa, Luciano Senna Peres. *Viva o povo de Juiz de Fora: eleições e estratégias discursivas na Primeira República*. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2013.
- Bilac, Maria Beatriz Bianchini. “As elites políticas de Rio Claro: um estudo sobre a formação dos setores dirigentes em um município paulista”. Tese de doutoramento, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- Boehrer, George. *Da Monarquia à República: história do Partido Republicano*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- Brasil. *Dados biográficos dos ministros*. Brasília: Serviço de Documentação do Ministério dos Transportes, 1968.
- Camelucci, Anderson Luís. “Crise monárquica e experiências de República no município de Franca (1880-1906)”. Dissertação de Mestrado, Franca, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, 2008.
- Castro, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- Charle, Christophe. “A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectivas”. Em *Por outra história das elites*, org. Flávio Heinz, 115-137. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- Casalecchi, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Chacon, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: Ed. da UnB, 1981.
- Corrêa, Amélia Siegel. “Imprensa e política: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX”. Dissertação de mestrado, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2006.
-

Dantas, José Ibarê. *Os partidos políticos em Sergipe, 1889-1964*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

Fernandes, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*. São Paulo: Humanitas, 2008.

Ferreira, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Edições Tempo Brasileiro, 1994.

Figueiredo, Vítor Fonseca. “Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais”. Tese de doutoramento, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

Franco, Afonso Arinos de Melo. *História e Teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

Goulart, Mônica Helena Harrich Silva. “Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa Paranaense (1889-1930)”. Tese de doutoramento, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2008.

Granato, Natália Cristina. “O Partido Democrático Paranaense de 1927 a 1930: um estudo de capitais familiares e sociais de seus dirigentes”. *Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses*, 1, n. 4 (2018): 36-55. <https://doi.org/10.5380/nep.v4i1.60211>

Hollanda, Cristina Buarque de. *Modos de representação política na Primeira República*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009.

Lenzi, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

Levi-Moreira, Sílvia. “Liberalismo e democracia na dissidência republicana paulista: estudo sobre o Partido Republicano Dissidente de São Paulo, 1901-1906”. Tese de doutoramento, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1991.

Marques, Enéas. *Generoso Marques*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1941.

Martiny, Carina. “Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município: constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900)”. Dissertação de mestrado, São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.

Montenegro, Abelardo. *Os partidos políticos no Ceará*. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 1980.

Oliveira, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930)*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

Pinto, Surama Conde Sá. *Só para iniciados: o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

Prado, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo: Ática, 1986.

Resende, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG/Proed, 1982.

Ricci, Paolo, e Zulini, Jaqueline Porto. “Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República”. *Dados*, 57, n. 2 (2014): 443-479. <https://doi.org/10.1590/0011-5258201414>

Saes, Guillaume Azevedo Marques de. “O Partido Republicano Paulista e a luta pela hegemonia política (1889-1898)”. Em *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*, org. João Ricardo de Castro Caldeira, e Nilo Odália, 189-206. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010. Vol. 2. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

Sampaio, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Ed. da UFBA, 1978.

Sêga, Rafael Augustus. *Tempos belicosos: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

Souza, Lucas Massimo Tonial Antunes de. “A profissionalização da oligarquia no Brasil: um estudo sobre a estrutura da carreira política de senadores na Primeira República”. Tese de doutoramento, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2018.

Stone, Lawrence. “Prosopografia”. *Revista de Sociologia e Política*, 19, n. 39 (2011): 115-137. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009>

Valente, Sílvia Maria Pazello. *A presença rebelde na cidade sorriso: contribuição ao estudo do anarquismo em Curitiba*. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

Vanali, Ana Christina. “Ao povo paranaense: a vida do cidadão Manoel Correia de Freitas”. Tese de doutoramento, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2017.

Vernalha, Milton Miró. *Maragatos X Pica-paus*. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, 1984.

Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro. *Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro*. Curitiba: Editora CRV, 2016.

Zulini, Jaqueline Porto. “Modos do bom governo na Primeira República brasileira: o papel do Parlamento no regime de 1889-1930”. Tese de doutoramento, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2016.

Recebido: 11 de agosto de 2019

Aprovado: 14 de outubro de 2019